

APRESENTAÇÃO

INTELECTUAIS, MÍDIAS SOCIAIS E TEMPO PRESENTE

No prefácio ao livro “O historiador como colunista”, reunião de ensaios de Peter Burke publicados na Folha de São Paulo, Ángel Gurría-Quintana afirmou que “todo historiador acadêmico deve escrever em coluna de jornal”. O exercício, arrematou, “permitiria ao historiador profissional testar ideias, tentar ver como se encaixam, expressá-las em termos claros para os leitores sem conhecimento prévio dos nossos [dos historiadores] interesses de pesquisa” (2009, p. 18-19). O texto ensaístico/jornalístico seria, pois, ao mesmo tempo, um espaço de prova para novas ideias e um instrumento de vulgarização e disseminação do conhecimento histórico.

Intitulado “Peter Burke e o Brasil: uma descoberta mútua”, o aludido prefácio acentua a aventura biográfica e intelectual do historiador inglês pelos trópicos após o seu casamento com a brasileira Maria Lúcia Pallares, o convite para lecionar na Universidade de São Paulo e a popularização de sua obra no país, com ênfase no sucesso editorial de *Uma história social da mídia*. Segundo Gurría-Quintana, Burke prestou uma enorme contribuição à imprensa brasileira, haja vista que ele não escrevia apenas como europeu, tampouco como intelectual apegado aos compromissos epistemológicos da academia. Suas “investidas extra europeias e extra acadêmicas” tiveram ainda mais sucesso porque encontrou na sogra, dona Henny, uma cicerone e leitora ideal, através da qual mergulhou no universo cotidiano paulistano e a quem buscava acessar através do “tom e linguagem adequados” (2009, p. 17). Burke seria, portanto, o ensaísta perfeito, síntese da biografia cosmopolita, da densidade acadêmica e do trânsito confortável pelos temas e pela linguagem ordinária da vida.

O desafio enfrentado por Burke ao longo dos doze anos em que escreveu para a Folha, certamente, é apresentado a todos os intelectuais que ultrapassam os tradicionais meios de divulgação científica a fim de alcançar “um público mais amplo e variado” (2009, p. 25). Nos últimos tempos, o também historiador Leandro Karnal e o filósofo Luiz Felipe Pondé têm circulado com frequência em programas de televisão e canais da internet, ora despertando o entusiasmo de colegas, que saúdam sua ousadia, ora suscitando a desconfiança de que eles se tornaram “tudólogos”, pouco comprometidos com o rigor intelectual de suas abordagens. Ante ao que chama de “intelectual que produz manchetes”, Milton Santos reconhece a importância da mídia para a difusão do pensamento, desde que evitando o risco de instrumentalizá-lo. “Nosso trabalho não é produzir flashes, frases, mas ajudar a produzir consciência” (apud MORAES, 2004, p. 170). De todo modo, os milhares (milhões?) de compartilhamentos indicam sua ampla capilarização na rede, onde os textos-fragmentos e os vídeos de curta duração se hegemonizam, afirmando novas formas de produção, circulação e apropriação do saber.

A propósito da vitória do candidato republicano Donald Trump às eleições presidenciais dos Estados Unidos, Pondé divulgou na internet um vídeo em que se dedica não a compreender o resultado do pleito, mas a problematizar o espanto que o acontecimento provocou entre os intelectuais. Mais do que isso, Pondé investiu em uma crítica pesada aos congêneres, reforçando o diagnóstico de Norberto Bobbio de

que o debate "entre intelectuais a respeito dos intelectuais, isto é, a respeito de si próprios, não tem trégua" (1997, p. 07).

A nossa classe intelectual – filósofos, cientistas políticos, jornalistas –, há muito tempo nós deixamos de debater o mundo real. A maior parte de nós debate o mundo que o nosso clero quer que exista. Quase todos nós acreditamos naquela velha frase do grande equivocado Marx em que falava 'Basta compreender ou conhecer o mundo e vamos transformá-lo. E nessa batida todo mundo virou pregador e, portanto, não olha pra realidade. [...]. As pessoas reais não estão nem aí pra discussão de classe, gênero e raça. As pessoas reais, no cotidiano, estão preocupadas em janta, escola de filho, em conseguir transar de vez em quando, em ir pras férias, em não ter um filho que morre com uma bala, em arrumar um emprego, em pagar as suas contas. [...] Afinal de contas, o mundo enlouqueceu? Não, o mundo não enlouqueceu. O mundo sempre foi uma coisa meio besta mesmo. Porque a vida é banal. [sic] (PONDÉ, 2016, s/p)¹

Disponibilizado em canais virtuais sugestivamente intitulados “Direita Elegante” e “Porta Direita”, o vídeo corrobora a avassaladora onda anti-intelectualista que tem tomado conta do Brasil. Os comentários elogiosos abaixo do vídeo sugerem simpatia ao filósofo *uspiano* que, no meta-exercício de refletir sobre a intelectualidade, devolve os intelectuais ao lugar que lhes seria devido: o do anacronismo e da inutilidade social. A fala de Pondé polariza o mundo real e o mundo das ideias, rejeitando a crença moderna do esclarecimento como princípio emancipatório. Além disso, restringe o estatuto da intelectualidade aos pensadores de esquerda, com explícita referência a Marx. Nesse cenário, em antítese à asserção de Bobbio (1997), para quem o fim do socialismo real representou também a morte do intelectual idealista, Pondé decreta o idealismo como característica imanente aos intelectuais, adotando o sentido mais ordinário da palavra, como antônimo da pragmática da existência. Por fim, o filósofo nega que o mundo, sendo essa “coisa meio besta mesmo”, encerra em si um conjunto de saberes que torna as “pessoas reais” portadoras de importantes chaves de interpretação acerca da própria experiência, de modo a estarem tão preocupadas em “comer, criar os filhos e transar”, quanto em “discutir raça, gênero e classe”. Ao rejeitar a importância social dos intelectuais como intérpretes de seu tempo e recusar a inteligência como substrato da vida, Pondé apenas afirma a noção mais elitista e menos democrática da intelectualidade. Nesse sentido, contribui para explicitar a pertinência do argumento da também filósofa e *habitué* das redes sociais Marcia Tiburi, que escreveu na Revista Cult, juntamente com Rubens Casara, que

Há um ódio que se dirige atualmente à inteligência, ao conhecimento, à ciência, ao esclarecimento, ao discernimento. Ao mesmo tempo, esse ódio é velado, pois o lugar do saber é um lugar de poder que é interessante para muitos. Se podemos falar em

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=di1cOYrTac4>. Acesso em: 08 dez. 2016.

² Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2016/10/50931/>. Acesso em: 08 dez. 2016.

³ Disponível em: <https://conversadehistoriadoras.com/2016/06/29/contradanca-replicas-as-criticas-ao->

“coronelismo intelectual” como um uso elitista do conhecimento, e de “ignorância populista”, como um uso elitista da ignorância, como duas formas de exercer o poder manipulando o campo do saber, podemos falar também de um ódio à inteligência, do seu apagamento. (TIBURI; CASARA, 2016, s/p)²

No Brasil, historicamente, os intelectuais são objetos de alguma desconfiança e, não raro, de ódio social. Esses sentimentos justificam-se, em parte, pelo “coronelismo intelectual” a que Tiburi faz referência: a associação entre letramento, sigilo, privilégio social e poder. No capítulo “A unificação da elite: uma ilha de letrados”, da canônica tese *O teatro das sombras/A construção da ordem* (2013), José Murilo de Carvalho aponta para a tradicional circunscrição do saber às elites brasileiras, cuja formação se dava, no Império, majoritariamente em Portugal. Tais elites restringiram a construção de universidades no Brasil, controlaram o aparelho do Estado, valeram-se do conhecimento como elemento perpetuador do sistema de dominação social, afirmaram o bacharelismo como um valor e fomentaram o ressentimento das camadas subalternas em relação às instituições formais de ensino e ao conhecimento. Nesse caso, enraizaram não apenas os fundamentos do ódio aos intelectuais, confundidos com as elites, mas do ódio contra a intelectualidade mesma. Somada a isso, a redução percentual do número de votantes ao longo do século XIX, bem como o pendular critério da alfabetização para gozo dos direitos políticos, reforçou a crença de que o letramento e a cidadania são, ao fim e ao cabo, empreendimentos pelos quais não vale a pena lutar (CARVALHO, 2016).

Há outro aspecto que não pode ser desprezado: a relativa autonomia de que gozam os intelectuais é inversamente proporcional à sua audiência. Na apresentação à referida coletânea de textos da Folha, Burke afirma que o jornal “gentilmente me permitiu escrever sobre o que desejasse, fosse o assunto da atualidade, fosse de interesse geral” (2009, p. 25). É de se supor que, ao utilizar a palavra “gentilmente”, o historiador indique não ser tácita a liberdade dada aos intelectuais convidados a escrever ao grande público. As implicações políticas do argumento intelectual – e seus perigos – são evidentes. Lastreado pela aura de positividade que ainda cerca os enunciados científicos, o intelectual pode se tornar um ator político perigoso quando consegue acessar os grandes canais de comunicação, ativando o circuito saber-poder. Nesse caso, o silêncio dos intelectuais apresenta-se tanto como uma estratégia de conservação da relativa autonomia de que gozam sendo financiados majoritariamente pelo Estado, quando um projeto – a “ignorância populista” - que tem, desde há muito, o objetivo de negá-los, denunciar a sua desconexão com a vida prática e retirá-los da esfera pública.

Não devemos esquecer que os organismos de mídia no Brasil também têm se notabilizado pela capacidade de identificar produtores de discurso adequados aos seus interesses econômicos e políticos, alçando-os ao *status* de “pensadores da contemporaneidade”, reverberando suas teses mais caras e, em larga medida, no prejuízo da formulação crítica da opinião pública. Carlos Nelson Coutinho lembra que, sendo “controlada e hegemônica pela classe dominante, a mídia pode ser considerada um intelectual orgânico coletivo da própria classe dominante, ainda que, em determinadas circunstâncias, essa situação possa sofrer abalos” (apud MORAES, 2004, p. 319), como sugerimos acima. E, mesmo sem perder de vista que o sistema

² Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2016/10/50931/>. Acesso em: 08 dez. 2016.

mediático não deve ser reduzido ao potencial desejo de manipular ou, minimamente, influenciar a opinião pública, Coutinho aponta que, há muito, se dá uma perigosa “cooptação de intelectuais”, hoje com campo muito mais limitado em termos estéticos e políticos nos veículos de comunicação (idem).

Recentemente, quando centenas de historiadores se engajaram na defesa da continuidade do mandato de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, questionando a legitimidade política e jurídica do processo de *impeachment* em curso, dois importantes jornais denunciaram com ironia a articulação dos intelectuais autointitulados “Historiadores pela Democracia”. Aos 14 de junho, o grupo ganhou o editorial do Estadão, que sugeriu o aparelhamento ideológico das escolas e universidades pelos governos petistas. Além disso, ironizou a temporalidade em que operam os historiadores: estariam eles com pressa, no afã de capturar os acontecimentos em curso, quando a eles caberia apenas a tarefa de “reconstituir o passado”. Dias depois, Fernando Nicolazzi, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Suzette Bloch, neta do notável historiador francês Marc Bloch, escreveram uma CARTA ABERTA AO JORNAL ESTADÃO, EM RESPOSTA AO EDITORIAL DE 14 DE JUNHO DE 2016, onde sublinharam a ardilosa estratégia do periódico de instrumentalizar a autoridade intelectual de Bloch para deslegitimar a ação política dos seus pares. Aos 25 de junho, Demétrio Magnoli realizou investida ainda mais dura contra o grupo, a quem acusou de “formação de quadrilha” em matéria publicada na Folha de São Paulo, apresentando um ataque direto às figuras de Hebe Mattos, Lilia Schwarz, Laura de Mello Souza e João José Reis. Aos 31 de agosto, a Folha deu direito de resposta a Hebe Mattos. Outras respostas de historiadores vindas de diversas partes do Brasil pulularam na internet³.

A proporção que o movimento tomou demonstra a resistência à aproximação entre a intelectualidade e as mídias sociais. Explícita também que o veto imposto aos intelectuais (agindo individualmente ou em grupo) em circunstâncias históricas específicas apenas atesta a sua importância social e a sua capacidade de influenciar o ambiente político. Particularmente, sendo ela discurso, a história é capaz de instrumentalizar o leitor ordinário na lide com as questões que se apresentam no tempo presente, sendo o historiador, entendido como intelectual, tanto mais sedutor e ameaçador quanto maior for a sua capacidade de dizer das grandes questões em linguagem ordinária.

Dado que a memória histórica tem sido cada vez mais produzida e/ou mobilizada para sustentar argumentos políticos, as interfaces entre história e comunicação social se afirmam, portanto, como campo de grande atualidade e relevo. A isso está relacionado o crescimento contínuo, desde o início dos anos 1990, do campo de história do tempo presente no Brasil, expresso sob a forma de programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, bem como de periódicos, núcleos, grupos e linhas de pesquisa. Nesse cenário, algumas questões importantes podem ser formuladas: qual a importância das mídias sociais como espaço de experimentação e divulgação do conhecimento pelos historiadores? De que modo os ensaios produzidos por historiadores podem contribuir para o leitor comum na interpretação do tempo presente? Qual o lugar dos historiadores e dos comunicadores como intérpretes do tempo presente, na historiografia e nos produtos comunicacionais? Que tipo de história das mídias tem sido produzida no Brasil e qual o seu impacto político? Como

³ Disponível em: <https://conversadehistoriadoras.com/2016/06/29/contradanca-replicas-as-criticas-ao-movimento-historiadores-pela-democracia1/>. Acesso em: 08 dez. 2016.

as fontes, arquivos e plataformas digitais têm instrumentalizado historiadores para uma nova forma de construção do conhecimento histórico? Como os diferentes produtos das subáreas da comunicação (jornalismo, publicidade e propaganda, cinema, produção editorial e relações públicas) podem se estabelecer como suporte ao pensamento histórico e à produção historiográfica? Quais são as fronteiras teóricas e metodológicas entre a história do tempo presente e a comunicação social? Como os dois campos operam em relação ao tempo, à narrativa, ao discurso e à verdade? Que imperativos éticos se impõem a historiadores do tempo presente e a comunicadores sociais na construção de seu argumento?

Com o objetivo de reunir trabalhos que desenvolvam essas e outras questões, a Revista Escritas, da Universidade Federal do Tocantins, apresenta o dossiê temático interdisciplinar “História do Tempo Presente e Comunicação Social: fronteiras”. O desafio de acessar esse tênue e fecundo limiar foi aceito por diversos pesquisadores brasileiros, que se apresentam, neste dossiê, à tarefa de refletir teoricamente sobre as fronteiras entre história e comunicação social, ao mesmo tempo em que comunicam, através de seus textos, mensagens políticas importantes para a agenda do dia, amparadas pelo rigor da pesquisa histórica.

No artigo “O acervo digitalizado da Revista do Rádio na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: reflexões e usos da história digital no tempo presente”, Carlos Gregório dos Santos Gianelli lança luzes ao atualíssimo debate teórico e metodológico sobre a formação de acervos virtuais e o uso de documentos digitais como fontes pelos historiadores.

Em “O uso da mídia eletrônica pelos Xavante e pelos *Posseiros da Suiá* no caso da luta pela terra Marãiwatsédé (1960-2012)”, Juliana Cristina da Rosa demonstra a importância das mídias digitais na batalha narrativa e jurídica travada em um conflito pela posse de terra em Mato Grosso.

Ainda em relação aos usos políticos das mídias, Pedro Carvalho Oliveira investiga a atividade virtual de movimentos neofascistas, enfatizando o gênero musical *Hate Rock*. O artigo intitula-se “Ódio: o papel do *Hate Rock* e da internet na difusão de ideias neofascistas no tempo presente”.

Também acerca da atualidade do debate sobre o fascismo, Beatriz Nascimento Teles analisa a propaganda do regime fascista italiano no jornal *Corriere della Sera*, com ênfase nas temáticas do nacionalismo e da revolução. O artigo é “Nacionalismo e Revolução na propaganda fascista italiana: o caso do jornal *Corriere della Sera*”.

No artigo “O campo político, o campo da mídia e a Arena: relações políticas e *práxis* empresarial no *Jornal de Santa Catarina* (1971-1979), Ricardo Duwe também apresenta pesquisa baseada em análise de periódico, buscando compreender o jornal como importante instrumento da elite empresarial e política da região do Vale do Itajaí nas disputas locais durante a ditadura militar.

Em “A representação feminina nos anúncios e propagandas dos jornais ‘A Palavra’ e ‘Folha do Norte’ (1940-1945)”, Flaviana Moraes Pantoja apresenta pesquisa realizada em jornais que circulavam em Belém, no Pará, durante a Segunda Guerra Mundial. Sua ênfase é na representação da mulher e de duas práticas cotidianas através dos anúncios e propagandas contidos nos periódicos.

Dayanny Deyse Leite Rodrigues investigou os jornais *União*, *O Momento* e *O Norte* para substanciar o artigo “Mulheres nos bastidores da política paraibana: Lúcia Braga e o Movimento de Ação Feminina na campanha eleitoral de 1982”. A autora

pesquisa a atuação de Lúcia Braga frente ao Movimento de Ação Feminina (MAF), organização liderada por ela e destinada a mobilizar mulheres em prol da campanha de seu marido, Wilson Braga, ao governo do estado da Paraíba.

No mesmo período, os jornais impressos piauienses *O Estado*, *O Dia* e *Jornal da Manhã* acompanhavam o debate acerca das *Diretas Já*. O tema é investigado por Jessica de Souza Maciel e Cláudia Cristina da Silva Fontineles em “A campanha das *Diretas Já* na perspectiva dos jornais impressos em Teresina (1983-1984)”.

A partir do filme *David Vai Guiar*, de Durvalino Couto Filho (1972), Carlos Lopes Barbosa e Edwar de Alencar Castelo Branco refletem sobre as várias modificações vividas pelo estado do Piauí da década de 1970, enfatizando a influência de Torquato Neto na produção de filmes por jovens de Teresina. O artigo é intitulado “Juventude Torquato Neto: as marcas singulares no filme *David Vai Guiar* em Teresina da década de 1970”.

Tomando como referência a tematização do assalto a banco realizado por militantes do Partido dos Trabalhadores e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário na Bahia em 1986, Lucas Porto Marchesini Torres reflete sobre o documentário como instrumento político e como fonte de pesquisa histórica. O artigo tem como título: “Comunicação: um meio ou um fim? Um documentário como peça de defesa social de presos políticos”.

Flavia Jakemiu Araujo Bortolon, em “Performance, moralidade e exposição do corpo: um estudo a partir das imagens midiáticas das encenações dos Dzi Croquettes”, investiga a circulação midiática e as concepções estética e moral da nudez e das homossexualidades do grupo Dzi Croquettes, na década de 1970.

Alessandro Henrique Cavichia Dias, por sua vez, apresenta a formação do segmento musical jovem no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1970. O artigo é “‘A guerra está declarada Os que estão do lado de lá que se cuidem’: Jovem Guarda e MPB, tensões e desacertos”.

Ainda no campo da história da cultura, Priscila de Andrade Rodrigues analisa “O México Profundo sob o olhar do México Imaginário: conflitos culturais e políticos em Chapolin Colorado (1970-1979)”. A autora investiga os elementos socioculturais e políticos presentes na construção de Chapolin Colorado, encenado por Roberto Bolaños, e suas relações com o lugar social do criador do personagem.

Para fechar o dossiê, apresentamos um artigo de Tiago Ciro Moral Zancopé sobre a história recente da Venezuela, em que o autor identifica uma crise de orientação de sentido provocada por três acontecimentos que ocorreram entre as décadas de 1980 e 1990. Nesse cenário, Hugo Chávez se projeta na cena política daquele país, afirmando propostas políticas capazes de restituir sentido à nação venezuelana.

Desejamos a todos e a todas uma proveitosa leitura!

Dossiê: “História do Tempo Presente e Comunicação Social: fronteiras”

Organizadores: Dra. Laura de Oliveira (UFBA)
Dr. Ricardo Benevides (UERJ)

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: UNESP, 1997.

BURKE, Peter. *O historiador como colunista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, José Murilo. Unificação da Elite: uma ilha de letrados”. In: *A construção da ordem: a elite política imperial*. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 63-92.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. Intelectuais, Luta Política e Hegemonia Cultural. In: MORAES, Dênis de (org.). *Combates e Utopias*. Tradução de Eliana Aguiar e Luís Paulo Guanabara. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PONDÉ, Luiz Felipe. *Vitória do Trump*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=di1cOYrTac4>. Acesso em: 08 dez. 2016.

SANTOS, Milton. O Intelectual, a Universidade Estagnada e o Dever da Crítica. In: MORAES, Dênis de (org.). *Combates e Utopias*. Tradução de Eliana Aguiar e Luís Paulo Guanabara. Rio de Janeiro: Record, 2004.

TIBURI, Marcia; CASARA, Rubens. Ódio à inteligência: sobre o anti-intelectualismo. *Revista CULT [online]*. São Paulo: Editora Bregantini, 2016. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2016/10/50931/>. Acesso em: 08 dez. 2016.